



# DOCUMENTOS TEMÁTICOS DA HABITAT III

## 10 – CONEXÕES URBANO-RURAIS

**Nova York, dia 31 de maio de 2015**

*(Versão não editada 2.0)*





## DOCUMENTO TEMÁTICO SOBRE CONEXÕES URBANO-RURAIS

### PALAVRAS-CHAVE

Redução da pobreza e da desigualdade, empregos e meios de subsistência, periurbano, espraiamento urbano, cidades-mercado, desenvolvimento territorial, planejamento territorial e urbano/regional, terra, urbanização rural, continuum dos assentamentos humanos, transportes, infraestrutura e serviços, mobilidade, mudança climática, migração e refugiados, cidades inclusivas, sistemas alimentares da cidade-região, mudança na dieta, parceria, serviços de ecossistemas, conectividade de ecossistema, políticas nacionais urbanas e rurais, infraestrutura verde.

### PRINCIPAIS CONCEITOS

- Conexões urbano-rurais referem-se às funções complementares e sinérgicas e aos fluxos de pessoas, recursos naturais, capital, bens, empregos, serviços de ecossistema, informações e tecnologia entre áreas rurais, periurbanas e urbanas.
- Os Sistemas Alimentares da Cidade-Região abrangem a complexa rede de agentes, processos e relações da produção, processamento, marketing e consumo de alimentos existentes em determinada região geográfica. A paisagem regional engloba o centro urbano e seu entorno periurbano e rural, pelos quais se conduzem os fluxos de pessoas, bens e serviços de ecossistema<sup>1</sup>.
- A parceria urbano-rural é o mecanismo de cooperação que gerencia as conexões com o fim de alcançar objetivos comuns e melhorar as relações urbano-rurais. Dependendo das finalidades da parceria, os agentes envolvidos podem variar entre setor público, organização da sociedade civil, setor privado e outras partes interessadas<sup>2</sup>.
- A migração reconhece o movimento cíclico de pessoas e suas famílias entre áreas rurais e urbanas. Os motivos para a migração podem ser divididos entre fatores de “repulsão” ou “atração”. Fatores de “repulsão” são motivos que levam as pessoas a deixarem áreas urbanas ou rurais, como fome, guerra ou instabilidade, pobreza e desafios climáticos, como seca ou enchente. Fatores de “atração” são os que atraem as pessoas para as áreas urbanas ou rurais, como acesso a emprego ou melhor acesso à saúde, à educação e aos serviços básicos.
- Periurbanização refere-se à urbanização de áreas periféricas anteriormente rurais, tanto no sentido qualitativo (ex.: difusão do estilo de vida urbano) quanto no quantitativo (ex.: novas zonas residenciais)<sup>3</sup>.

---

<sup>1</sup> Disponível em: <<http://cityregionfoodsystems.org/>>.

<sup>2</sup> OCDE, 2013.

<sup>3</sup> ONU-HABITAT, 2012.



## DADOS E FATOS IMPORTANTES

1. A Agenda Habitat, adotada no Habitat II em 1996, estabeleceu firmemente os preceitos das conexões urbano-rurais. A Agenda dispõe que “políticas e programas para o desenvolvimento sustentável de áreas rurais que integrem regiões rurais à economia nacional necessitam de instituições locais e nacionais robustas para o planejamento e a gestão dos assentamentos humanos que enfatizem as conexões rural-urbanas e tratem vilarejos e cidades como as duas extremidades do continuum de assentamentos humanos”. Diversas resoluções fizeram avançar a Agenda Habitat, incluindo a HSP/GC/17/104, pleiteando a “interdependência urbano-rural”; a HSP/GC/19/105 pleiteando a “disseminação de boas práticas e políticas em relações de desenvolvimento urbano- rural mutuamente benéficas” e, mais recentemente, a Resolução SP/GC/25/L.96 que apela pelo “fortalecimento da capacidade dos centros de serviços rurais e dos municípios pequenos, intermediários e secundários para atrair populações, aumentar os investimentos, criar empregos e reduzir a dependência nas cidades primazes, como estratégia para promoção do crescimento descentralizado.” Discussões intergovernamentais no Grupo de Trabalho Aberto da ONU sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável rumo à Agenda Pós-2015 e ao Habitat III contribuíram para confirmar a intenção revigorada da comunidade internacional em atuar no desenvolvimento urbano e rural de forma complementar e mutuamente fortalecedora.
2. Embora a população urbana tenha quase triplicado durante a industrialização do século XX (ONU-HABITAT, 1996), cidades pequenas e intermediárias enfrentaram diversos desafios de desenvolvimento na medida em que as oportunidades e a prestação de serviços favoreciam as grandes aglomerações. Atualmente, mais de 50% da população mundial vive em áreas urbanas e este índice deve aumentar para 66% até 2050 (DESA, 2014). Estima-se que, em economias emergentes, cidades secundárias com mais de 150.000 habitantes serão responsáveis por quase 40% do crescimento global até 2025, mais do que a totalidade do mundo desenvolvido e as megacidades dos mercados emergentes combinados<sup>7</sup>.
3. Durante o Habitat I, em 1976, a população urbana mundial era de 37,9%, contra 41,5% em 1996. A projeção para 2016 é de que 54,5% da população mundial será urbana.
4. As áreas urbanas abrigam mais de 50% da população mundial, enquanto ocupam apenas 3% da superfície terrestre, gerando 80% da riqueza global. De acordo com algumas estimativas, as áreas urbanas consomem até 76% dos recursos naturais da Terra e produzem 60% dos gases de efeito estufa e 50% do lixo.
5. As cidades abrigarão até 3 bilhões a mais de pessoas nos próximos 35 anos. Em 2007, a população rural representava 51% da população global e contribuía com apenas 20% do Produto Interno Bruto global<sup>8</sup>.
6. Prevê-se a expansão de cidades e municípios com mais de 100.000 habitantes à taxa de 170%, até 2030 (ANGEL, PARENT et al., 2010), afetando dramaticamente suas áreas rurais e

---

<sup>4</sup> Disponível em: <[http://mirror.unhabitat.org/downloads/docs/9688\\_1\\_593495.pdf](http://mirror.unhabitat.org/downloads/docs/9688_1_593495.pdf)>.

<sup>5</sup> Disponível em: <[http://mirror.unhabitat.org/downloads/docs/9658\\_1\\_593465.pdf](http://mirror.unhabitat.org/downloads/docs/9658_1_593465.pdf)>.

<sup>6</sup> Disponível em: <<https://papersmart.unon.org/habitatgc25/sites/papersmart.unon.org/habitatgc25/files/K1501234.pdf>>.

<sup>7</sup> McKinsey Global Institute (2011).

<sup>8</sup> McKinsey Global Institute (2011).



periurbanas. A expansão geográfica das cidades em direção às áreas rurais frequentemente resulta na reclassificação das vilas rurais e dos pequenos municípios para anexos urbanos. Tal expansão pode se apropriar de terras agrícolas como resultado da expansão de baixa densidade, obstruir os corredores verdes e azuis que mantêm a saúde do ecossistema e a conectividade, perturbar os meios de subsistência rurais, afetar o suprimento de alimentos e ameaçar o meio ambiente por meio do aumento das emissões de carbono, da poluição e do uso de energia.

7. Com a crescente urbanização, maior mobilidade e conectividade, as conexões entre as áreas urbanas, periurbanas e rurais intensificam-se, reduzindo-se as diferenças. Tal fato é precipitado pelo fluxo aumentado de conhecimento, de atividades econômicas e de informações entre as áreas urbanas e rurais. Neste sentido, as populações rurais têm se tornado crescentemente urbanizadas (RODRIGUEZ, 2014), com conexões virtuais desempenhando papel decisivo na influência das visões políticas, sociais, religiosas e culturais. Ao mesmo tempo, as populações urbanas estão assumindo atividades consideradas rurais, como agricultura e criação de animais.
8. Paralelamente, doenças não transmissíveis ou relacionadas à dieta, como diabetes e obesidade, são mais predominantes nas áreas urbanas. A transição de fome para obesidade pode ocorrer em apenas uma geração, em muitos países de crescimento acelerado e de urbanização rápida.
9. Acredita-se que os pequenos produtores forneçam 80% dos alimentos consumidos nos países em desenvolvimento. Eles também gerenciam mais de 80% das 500 milhões de fazendas estimadas do mundo (FIDA, 2013). Este fato contribui significativamente para impulsionar a segurança alimentar nas regiões rurais e urbanas e reduzir a pobreza. Entretanto, os efeitos da mudança climática e no uso da terra, degradação da terra, gestão não sustentável da terra, marginalização das áreas rurais e a adoção de atividades não agrícolas, entre outros desafios, ameaçam essa fonte de subsistência e produção de alimentos, especialmente para os pequenos produtores.
10. Globalmente, estima-se que um terço do total dos alimentos produzidos para consumo humano seja perdido ou desperdiçado ao longo das cadeias de suprimento a cada ano<sup>9</sup>. O desperdício do varejo e do consumidor responde por 34% destas perdas. A perda de alimentos é uma preocupação crescente nas áreas periurbanas e urbanas, com aproximadamente um terço dos alimentos produzidos para consumo humano sendo perdidos ou desperdiçados anualmente. Tal fato exerce pressão desnecessária sobre os recursos naturais e os sistemas alimentares da cidade-região. Em 2011, a FAO estimou a perda e o desperdício alimentar anual global de aproximadamente 30% dos cereais, 40 a 50% dos tubérculos, frutas e vegetais, 20% das sementes oleaginosas, carne e laticínios, e 30% da pesca (FAO, 2011). O fortalecimento da infraestrutura e da conectividade entre áreas urbanas e rurais, o acesso às informações sobre mercado e armazenamento e à educação alimentar poderiam reduzir este desperdício.
11. A variação nos níveis de pobreza retrata a dualidade entre os meios de subsistência urbanos e rurais. Embora os pobres nas áreas urbanas enfrentem custo de vida bem mais elevados, principalmente para os grupos de baixa renda em assentamentos informais, as oportunidades e recursos disponíveis para os mesmos são maiores do que nas áreas rurais. Contrariamente, do total de 1,4 bilhões de pobres que sobrevivem com menos de US\$ 1,25 por dia, 78% vivem em áreas rurais, e quase dois terços dos extremamente pobres estão envolvidos com agricultura (BANCO MUNDIAL, 2013; FIDA, 2013). A desigualdade urbano-rural é também encontrada nas estatísticas da saúde, algumas vezes persistindo de geração em geração. Além disso, 40% do

---

<sup>9</sup> FAO (2011<sup>a</sup>).



total de conflitos violentos nos últimos 60 anos foram relacionados aos recursos naturais (PNUMA, 2014).

12. Áreas urbanas e rurais dependem uma da outra. Os centros urbanos dependem das áreas rurais e do setor rural para uma série de bens e serviços, especialmente alimentos, água limpa, serviços ambientais e matérias-primas, entre outros. O combustível de madeira, por exemplo, representa mais de 80% do consumo de energia doméstica na África e a expectativa é de que continue sendo a principal fonte de energia pelas próximas décadas. As áreas rurais, por outro lado, normalmente dependem das áreas urbanas para o acesso aos serviços, oportunidades de emprego e mercados.
13. O foco no crescimento de áreas urbanas maiores transformou a atração de investimentos, a criação de empregos, a satisfação da demanda por moradia e o fornecimento de acesso a serviços básicos e de infraestrutura em um crescente desafio nos municípios intermediários e nas áreas rurais. Em alguns casos, as áreas rurais vêm se tornando despovoadas, frequentemente levando à degradação de paisagens anteriormente produtivas. O papel dos municípios pequenos e médios é fundamental, tendo em vista que, frequentemente, fazem a ponte entre os habitantes rurais e os centros urbanos, fortalecendo as oportunidades econômicas, oferecendo mercado e acesso aos serviços básicos. As áreas urbanas e rurais variam dependendo do contexto geográfico. Por exemplo, países com grande massa de terra, pequenos países insulares e países com intensas redes de cidades intermediárias. Em cada um desses casos, há diferentes oportunidades e desafios referentes às conexões urbano-rurais.

## RESUMO DO TEMA

14. Urbanização é o processo que concede nova forma às áreas periurbanas e rurais e tem a capacidade de afetar, tanto positiva quanto negativamente, suas economias, “inclusividade” e desenvolvimento sustentável. Para que as áreas urbanas e rurais sejam sustentáveis, o discurso atual sobre a dicotomia política, social e geográfica precisa evoluir no sentido do desenvolvimento colaborativo e das conexões de funções ao longo do território. Considerando a urbanização em andamento, a desigualdade e a pobreza, há interesse renovado no alcance de áreas rurais, periurbanas e urbanas complementares e mutuamente fortalecedoras, como parte fundamental tanto da agenda de desenvolvimento Pós-2015 quanto da Nova Agenda Urbana.
15. As interdependências entre as áreas urbanas e rurais, seus fluxos e funções são demonstradas por meio de dinâmicas econômicas locais e nacionais, ligações socioculturais e sinergias ambientais que ocorrem nos vários assentamentos humanos. Estes incluem remessas financeiras, acesso aos alimentos, migração, prevenção e redução da perda e do desperdício de alimentos, serviços de ecossistema, mercadorias, serviços sociais, transporte, emprego, energia e mercados. Embora as prioridades e o contexto específicos desses fluxos, interdependências e sinergias possam ser diferentes, eles representam uma realidade incontestável tanto em países em desenvolvimento quanto nos desenvolvidos. Como exemplo, a mudança na dieta define a demanda por determinados alimentos e pode impactar o desenvolvimento urbano e rural e a cadeia de valor alimentar.
16. As disparidades no desenvolvimento territorial formam o cerne da razão pela qual conexões urbano-rurais fortes são essenciais na distribuição de oportunidades e benefícios equitativos gerados pelo processo de urbanização. Tendo em vista a tendência global de crescimento econômico em cidades e municípios, as áreas urbanas tendem a atrair a maioria dos recursos domésticos e internacionais (públicos e privados). Isto pode afetar negativamente o acesso



universal a recursos, serviços e oportunidades, e desvirtuar a distribuição equitativa dos benefícios econômicos, entre outros, observados no processo de urbanização. Os resultados equilibrados entre as áreas urbanas e rurais são objetivos primordiais do desenvolvimento sustentável, sem excluir ninguém e que deve incluir investimentos em pequenos produtores das áreas rurais. Em vez de competir por recursos escassos, o discurso precisa evoluir para a compreensão das sinergias que podem ser obtidas por meio de investimentos sustentáveis e equilibrados e pelo gerenciamento das trocas necessárias para o alcance do destino compartilhado. A definição de prioridades e a identificação dos motivadores poderiam ajudar a reduzir as disparidades no território

17. A expansão das áreas urbanas em direção aos terrenos periurbanos consome as terras agrícolas mais valiosas e seus respectivos recursos ecológicos, como vias navegáveis, atividades pesqueiras e florestas. Essa ameaça crescente realça a necessidade de planejamento territorial e confere validade à adoção das Diretrizes Internacionais sobre Planejamento Urbano e Territorial<sup>10</sup> e das Diretrizes Voluntárias sobre a Governança Responsável da Terra, da Pesca e das Florestas. Essas Diretrizes oferecem uma estrutura de referência em apoio ao desenvolvimento territorial sustentável e serve como fonte de inspiração e de bússola para os tomadores de decisão que influenciarão a Nova Agenda Urbana e a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. O desenvolvimento e a implementação de princípios orientadores, estruturas e indicadores podem facilitar ligações eficazes e inclusivas, por meio da análise das tendências e da resolução de questões como gestão sustentável de recursos naturais, infraestrutura adequada e prestação de serviços, igualdade e inclusão social, pressões ambientais e o fluxo de capital, bens e pessoas a fim de criar locais urbanos e rurais produtivos e resilientes.
18. As conexões urbano-rurais têm potencial para transformar o desenvolvimento humano sustentável em benefício de todos. Parte integrante disto é a geração e a gestão do conhecimento, assim como a capacitação, que pode resultar em melhor compreensão de como as funções e os fluxos operam. É fundamental que se compreendam os parâmetros atuais que exacerbam a dicotomia entre as áreas urbanas e rurais e as que promovem conexões. Globalmente, há conhecimentos insuficientes sobre a dinâmica de cidades pequenas e intermediárias onde metade dos povos urbanos vive, fazendo deles o elo perdido para a compreensão da dinâmica das interações urbano-rurais (BRIAN e HOHMANN, 2014, Unesco). Adicionalmente, o conhecimento da geografia ambiental e dos ecossistemas aperfeiçoou nossa compreensão dos ciclos da água e dos fenômenos climáticos. Abordagens do mosaico da terra desenvolveram ferramentas práticas para a gestão de paisagens complexas.
19. Necessita-se urgentemente fazer a ponte entre o conhecimento e as desigualdades de capacidades em relação a desafios urbanos e territoriais cruciais, como mudança climática, proteção e segurança, resiliência a desastres, conectividade do ecossistema, infraestrutura verde, segurança alimentar, saúde, dieta e nutrição. A infraestrutura verde pode fornecer o suporte dessas conexões ao aplicar uma abordagem natural em que elementos interdependentes apoiam-se mutuamente a fim de garantir a sustentabilidade de longo prazo. A documentação e a disseminação de experiências, ferramentas, práticas e estratégias inspiradoras nas conexões urbano-rurais, em colaboração com instituições de pesquisa, meio acadêmico, sociedade civil e dirigentes políticos, podem contribuir para o desenvolvimento de capacidades, resolução de desafios do desenvolvimento e fortalecimento das conexões entre as

---

<sup>10</sup> HSP/GC/25/L. 5 de abril de 2015, disponível em: <<http://unhabitat.org/gc25/>>.



áreas.

20. Intervenções por meio de criações de políticas, caracterizadas pela abordagem integrada e complementar, devem ser adotadas a fim de evitar o agravamento da dicotomia entre as questões urbanas e rurais. De forma correspondente, agências governamentais com autoridades específicas devem se envolver e colaborar a fim de fortalecer e identificar as conexões. Sinergias transversais operacionalizadas são capazes de estimular a cooperação entre agentes envolvidos em várias questões temáticas relacionadas às conexões urbano-rurais e, em troca, facilitar resultados de desenvolvimento integrado. Faz-se necessário maior esforço a fim de desenvolver estruturas legislativas para fortalecimento das conexões urbano-rurais e para garantir que atendam a uma pauta de desenvolvimento inclusivo e sustentável equilibrado.
21. É imprescindível que se estabeleçam parcerias de vários agentes, assim como envolvimento em escala global, nacional, regional, metropolitana e local, tendo em vista que as conexões urbano-rurais englobam vasta gama de temas, agentes e contextos. Com o apoio de todos os parceiros envolvidos em suas respectivas autoridades, é possível o compartilhamento de conhecimento especializado, esforços e intervenções, bem como a complementação mútua em questões e conexões urbano-rurais. Isto estende-se a parcerias e redes sociais eficazes, dentro e através de governos em todos os níveis, agências internacionais, pesquisa e meio acadêmico, sociedade civil e setor privado, entre outros. O levantamento dos agentes, seus recursos, conhecimentos, ferramentas disponíveis, políticas e outros meios de implementação fortalecerão a capacidade dos agentes e atuarão nas desigualdades entre as áreas urbanas e rurais.

## PRINCIPAIS MOTIVOS PARA A AÇÃO

22. Foco no planejamento territorial e espacial para o desenvolvimento urbano e rural equilibrado e inclusivo. Deve ser incluído aqui o fortalecimento da capacidade das cidades pequenas e intermediárias em atrair e gerir a sustentabilidade populacional, aumentar investimentos e criar empregos como estratégia para redução da dependência em relação às cidades primazes, incentivar a inovação, reduzir seu impacto ambiental e agir como anfitrião apropriado para vítimas de desastres, falta de segurança e conflitos.
23. Desenvolvimento de políticas, ferramentas e abordagens para aprimorar e apoiar parcerias urbano-rurais, como as Políticas Urbanas Nacionais, Estratégias de Desenvolvimento das Cidades, Diretrizes Internacionais sobre Planejamento Urbano e Regional e processos eficazes de descentralização com foco no desenvolvimento liderado pela comunidade (FIDA, 2014; ONU-HABITAT e ALIANÇA DAS CIDADES, 2014).
24. O aprimoramento dos mecanismos de governança é capaz de reduzir a pobreza e acelerar o crescimento econômico (FAO, 2011) e, portanto, o desenvolvimento e a adoção de princípios e legislação podem colaborar para o fortalecimento de instituições e processos do governo. A adoção de princípios aplicáveis ao contexto tanto urbano quanto periurbano, como as Diretrizes Voluntárias sobre a Governança Responsável da Terra, da Pesca e das Florestas, pode ajudar a promover as redes urbano-rurais, melhorando o acesso e o uso de recursos naturais de propriedade comum, assim como o acesso às oportunidades por mulheres e homens rurais e urbanos em situação de pobreza.
25. Implementação de intervenções fundamentadas verticais e horizontais por agentes públicos, privados e da sociedade civil, lidando com o desperdício e a perda de alimentos. Isto deve incluir o diálogo das várias partes interessadas a fim de viabilizar a recuperação de alimentos, a



redistribuição e transferência do conhecimento; priorização e coordenação de intervenções por governos, setor privado e sociedade civil; mobilização de recursos e disponibilização de infraestrutura por meio de parcerias público-privadas; capacidade de implementação para atuação na crescente demanda social; ferramentas para monitoramento e avaliação que forneçam orientação, também, sobre segurança e qualidade alimentar (incluindo nutrição humana) e que obtenham dados adicionais sobre as quatro dimensões (disponibilidade, acesso, utilização e estabilidade) da segurança dos alimentos e da nutrição.

26. Atuando na marginalização urbana e rural por meio de boa governança, com especial atenção à inclusão social, corrigindo desigualdades e incluindo grupos vulneráveis, como mulheres, jovens, povos indígenas e minorias étnicas. Conscientização tanto em áreas rurais quanto urbanas sobre seus respectivos valores e relacionamentos. Ferramentas como pegadas ecológicas, índices de felicidade, entre outras ferramentas sociais, podem contribuir para a mudança comportamental em prol da sustentabilidade. O envolvimento de grupos jovens, associações de fazendeiros, moradores de favelas, grupos de mulheres, proponentes de espaços públicos e outros grupos similares contribuirão para trazer vozes alternativas ao discurso.
27. Promoção de padrões urbanos para uma economia verde, especialmente trabalhando com a natureza, aproveitando-se da densidade, concentração da competitividade e otimizando a infraestrutura (ONU-HABITAT, 2012). Como exemplo, o investimento em infraestrutura verde pode proporcionar estrutura unificadora para a criação de um continuum entre os elementos verdes das paisagens rurais e urbanas. A garantia de futuro sustentável para as cidades requer silvicultura e agricultura urbanas, horticultura, jardins e parques com biodiversidade, espaços públicos, bioengenharia, biofiltros, fitorremediação e outras disciplinas a serem estrategicamente integradas. A análise de modelagem territorial e do panorama pode ajudar a compreender como trabalhar e conviver com a natureza.
28. Promoção de investimentos inclusivos, instrumentos e sistemas financeiros para apoio tanto às áreas urbanas quanto rurais, e redução das disparidades pela disponibilização de infraestrutura sustentável e serviços entre áreas urbanas e rurais, especialmente em questões de energia, transporte, saúde, educação, água, espaços verdes e saneamento.
29. Empoderamento das cadeias de valor inclusivas utilizando métodos como vias de impacto como ponte fundamental entre áreas urbanas e rurais, fator crítico na criação de sinergias urbano-rurais melhoradas e na oferta de áreas urbanas e rurais com maiores oportunidades de crescimento. Cadeias de suprimento agrícolas funcionais podem estimular a conectividade urbano-rural e oferecer oportunidades para pequenos produtores, ao mesmo tempo em que protegem ecossistemas de alto valor.
30. Desenvolvimento de medidas de controle para salvaguardar as terras agrícolas do espraiamento urbano, simultaneamente ao estímulo da agricultura urbana sustentável, onde for apropriada. Devem acompanhar medidas de proteção ou compensação pelos prejuízos que podem resultar do espraiamento urbano ao sustento das famílias rurais e das comunidades próximas, assim como das áreas agrícolas do interior. O impacto ambiental da agricultura nos assentamentos humanos e vice-versa devem ser considerados, especialmente para as cidades-mercado.
31. Facilitação da conectividade e da mobilidade de baixo carbono por meio de melhorias nas redes de transportes e da comunicação entre áreas urbanas e rurais, a fim de gerar benefício universal e acesso a serviços públicos de qualidade, que tendem a concentrar-se em áreas urbanas devido à densidade populacional e às economias de escala.
32. Fortalecimento dos sistemas alimentares da cidade-região por meio da inclusão de mercados eficientes e acessíveis e de sistemas de distribuição em planejamento e design urbano.



Adicionalmente, a agricultura urbana e periurbana com uso de tecnologias como hidroponia, agricultura vertical e estufas energéticas/de baixo custo podem servir de alternativas para levar produtores de alimentos para mais perto dos consumidores. Isto significará melhoras para a segurança alimentar e a nutrição, e levará em consideração as mudanças na dieta das populações urbanas, assim como aumentará a oferta de empregos e atividades geradoras de renda.

33. Proteção de ecossistemas de alto valor e promoção de fluxos espaciais por meio do planejamento territorial que estabelece conexões entre áreas do interior urbano-rurais, ao mesmo tempo em que assegura a complementaridade. Paralelamente, encorajamento de fluxos espaciais sobrepostos e ruptura de falsas dicotomias fortalecendo, por sua vez, as conexões urbano-rurais e a conectividade.
34. Redução de impactos ambientais, incluindo poluição do ar e do solo, proteção das florestas, da água e suas reservas, prevenção da fragmentação da terra e defesa dos ecossistemas e da biodiversidade. Deve haver esforço no sentido de usar extensões e preenchimentos de espaços vazios das cidades, cidades inteligentes e de baixo carbono e outras estratégias que promovem densidade e assentamentos humanos compactos. O investimento em infraestrutura rural inovadora e sustentável deve, igualmente, ser prioridade, como redes de energia descentralizadas baseadas em energia renovável, estradas de longa duração, serviços periódicos bem organizados, como mercados, clínicas de saúde e educação à distância.
35. A agenda das conexões urbano-rurais promove complementaridades e redes sociais de lugares, em vez de segregação. Seu objetivo é destacar as diferenças e vantagens comparativas dos lugares, a fim de aprimorar as conexões. Essa relação dinâmica se reflete nas cidades grandes que apresentam oportunidades e vantagens econômicas significativas, e nas cidades menores, que desempenham funções importantes no desenvolvimento das suas regiões rurais adjacentes e apoiam maior diversidade da base econômica local. Entretanto, embora as áreas rurais sejam fonte de migração sem precedentes, são também áreas pacíficas e harmoniosas para se viver, oferecendo “torres de água” e alívio cultural para os cidadãos, se administradas de forma sustentável.

## PLATAFORMAS E PROJETOS

- Programa-Quadro de 10 Anos sobre Ação Global Rumo ao Consumo e à Produção Sustentáveis: disponível em <<http://www.unep.org/10yfp/>>.
- Aliança das Cidades, disponível em: <<http://www.citiesalliance.org/>>.
- Plataforma Colaborativa dos Sistemas Alimentares da Cidade-Região, disponível em <[www.cityregionfoodsystems.org/](http://www.cityregionfoodsystems.org/)>.
- Rede Global de Ferramentas do Solo - FIDA - Parceria da ONU-Habitat para aumentar a garantia de ocupação da população pobre urbana e rural, disponível em: <<http://www.gltm.net/index.php/projects/international-fund-for-agricultural-development-ifad/>>.
- Equilibrando o Desenvolvimento Rural e Urbano pelas Conexões Melhoradas na Indonésia, no Laos e no Nepal. Disponível em: <[http://www.fukuoka.unhabitat.org/docs/publications/pdf/accommodating/Chapter\\_VIII.pdf](http://www.fukuoka.unhabitat.org/docs/publications/pdf/accommodating/Chapter_VIII.pdf)>.
- Comitê de Segurança Alimentar Mundial, disponível em: <<http://www.fao.org/cfs/cfs-home/en/>>. Acessado em 30 de abril de 2015.
- ICLEI CITYFOOD network, disponível em: <<http://www.iclei.org/our-activities/our->



agendas/resource-efficient-city/cityfood.html>.

- Rede de Alimentos para as Cidades, Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), disponível em: <<http://www.fao.org/fcit/fcit-home/en/>>.
- Rede de Migração da Universidade das Nações Unidas, Universidade das Nações Unidas, disponível em: <<http://migração.unu.edu/>>.
- FIDA - estudo do Banco Mundial sobre fluxos de remessa internacional para a Ásia, disponível em: <<http://www.ifad.org/pub/post2015/english/1.pdf>>.
- Iniciativa Global de Redução da Perda e do Desperdício de Alimentos (também chamada SAVE FOOD), Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), disponível em: <<http://www.fao.org/save-food/en/>>.
- Plataforma de Políticas Urbanas Nacionais, disponível em: <<http://unhabitat.org/partners-launch-global-exchange-platform-on-national-urban-evolution-of-national-urbanpolicies/>>.
- Cátedra da UNESCO sobre Cidades Intermediárias. Disponível em: <<http://www.unesco.org/en/university-twinning-and-networking/access-by-region/europe-and-north-america/spain/unesco-chair-in-intermediate-cities-urbanization-and-development-823/>>.
- Cidades Unidas e Governos Locais – UCLG. Disponível em: <<http://www.uclg.org/>>.

## Referências

1. Angel, S., J. Parent, D. L. Civco, A. M. Blei & Potere, D. (2010). Um Planeta de Cidades: Estimativas e Projeções da Ocupação do Solo Urbano para Todos os Países, 2000-2050, *online* em <[https://www.lincolninst.edu/pubs/dl/1861\\_1171\\_Angel%20III%20Final.pdf](https://www.lincolninst.edu/pubs/dl/1861_1171_Angel%20III%20Final.pdf)>.
2. FAO (2011). Olhando Adiante nas Questões de Alimentos e Agricultura Mundiais - Perspectivas para 2050. [Conforti, P. (ED.)], FAO, Rome. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/014/i2280e/i2280e00.htm>>.
3. FAO (2011a). Perdas e Desperdício Globais de Alimentos – Alcance, causas e prevenção, Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/014/mb060e/mb060e.pdf>>.
4. FAO, 2012. Diretrizes Voluntárias sobre Governança Responsável da Terra, da Pesca e das Florestas no Contexto da Segurança Alimentar Nacional. CFS/FAO, Rome. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/016/i2801e/i2801e.pdf>>.
5. FIDA & PNUMA (2013). Pequenos produtores, segurança alimentar, e o meio ambiente. Roma: FIDA. Disponível em: <[http://www.ifad.org/climate/resources/smallholders\\_report.pdf](http://www.ifad.org/climate/resources/smallholders_report.pdf)>.
6. FIDA (2014). Documento nº1 do FIDA sobre políticas Pós-2015 —Potencializando a relação rural-urbana pelo desenvolvimento. Roma: FIDA.
7. Disponível em: <<http://www.ifad.org/pub/post2015/english/1.pdf>>.
8. McGahey, D. Davies, J., Hagelberg, N and Ouedraogo, R. (2014). “Atividade Pastoril e Economia Verde – um nexos natural?” Nairóbi. UICN e PNUMA. Disponível em: <<http://www.unep.org/post2015/>>.
9. McKinsey Global Institute (2011). Mundo urbano: Levantamento do poder econômico das cidades.
10. OCDE (2013). Parcerias Urbano-Rurais: Uma Abordagem Integrada do



Desenvolvimento Econômico, Publicação da OCDE. Disponível em:

<http://dx.doi.org/10.1787/9789264204812-en>.

11. Roberts, Brian H. (2014). Administrando sistemas das cidades secundárias. Bruxelas: Aliança das Cidades/UNOPS. Disponível em:  
[https://www.citiesalliance.org/sites/citiesalliance.org/files/1d%20%28i%29%20-%20Managing%20Systems%20of%20Secondary%20Cities%20Book\\_low\\_res.pdf](https://www.citiesalliance.org/sites/citiesalliance.org/files/1d%20%28i%29%20-%20Managing%20Systems%20of%20Secondary%20Cities%20Book_low_res.pdf).
12. Roberts, Brian H. and Hohmann, Rene Peter (2014). Cidades Secundárias: Motivadores Negligenciados das Economias Urbanizadoras. Land Equity International e Aliança das Cidades.
13. Rodriguez, C.J. (Ed.) (2014). O novo urbano: Rumo a cidades secundárias progressivas. (pp. 41-44) Diálogo do Desenvolvimento Asiático.
14. PNUMA (2014). “Dimensões ambientais de sociedades resilientes e pacíficas”. PNUMA Pós-2015 Nota nº 5. Disponível em: <http://www.unep.org/post2015>.
15. ONU-Habitat (1996). Habitat II – Diálogo nº 6: Conexões Urbano-Rurais e da Terra no Século XXI. Nairóbi (pp. 67): UNCHS.
16. ONU-Habitat (2006). Relatório Estado das Cidades do Mundo 2006/2007. Londres. Earthscan.
17. Nações Unidas, Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais, Divisão de Populações (2014). Previsões para a Urbanização Mundial: Revisão de 2014, Destaques (ST/ESA/SER.A/352). Nova York: Nações Unidas.
18. ONU-Habitat (2012). Padrões Urbanos para uma Economia Verde (quatro séries), Nairóbi, Quênia.
19. ONU-Habitat e Aliança das Cidades (2014). A Evolução das Políticas Urbanas Nacionais. Nairóbi. Quênia.
20. Banco Mundial (2013). Estado dos Pobres: Onde estão os pobres, onde é mais difícil acabar com a pobreza extrema e qual é o perfil atual do pobre no mundo? Na Premissa Econômica, *online* em <http://siteresources.worldbank.org/EXTPREMNET/Resources/EP125.pdf>

*Os Documentos Temáticos Habitat III foram preparados pelo Grupo de Trabalho do Habitat III das Nações Unidas, uma força-tarefa das agências e programas da ONU que trabalham juntos para a elaboração da Nova Agenda Urbana. Os Documentos Temáticos foram finalizados durante a oficina de escrita do Grupo de Trabalho da ONU em Nova York, de 26 à 29 de maio de 2015.*

*Este Documento Temático foi coordenado pela ONU-Habitat com contribuições da FAO, FIDA, PNUMA, UNFPA e CBD.*

*Documento traduzido livremente por Ana Gauz, através da plataforma UNV online ([www.onlinevolunteering.org](http://www.onlinevolunteering.org)). Revisão técnica gentilmente realizada por Pedro Paulo Machado Bastos, (INCT Observatório das Metrôpoles – Rio de Janeiro).*